

Quinta, 07/03/2016-nº1373

# **Assembleia sexta debate situação do PL do reajuste**

O SINTRAJUSC fará Assembleia Geral nesta sexta-feira, dia 8, às 16 horas, no prédio da Justiça Federal (av. Beira-mar Norte), para debater a situação do PL 2648, do reajuste salarial, na Câmara dos Deputados, e da ação dos 14,23%.

Nesta quarta-feira, 6, mesmo com a paralisação dos trabalhos na Câmara dos Deputados, por conta da apresentação do parecer do relator da Comissão Especial do Impeachment, a Fenajufe e representantes de Sindicatos, entre eles o coordenador do SINTRAJUSC, Paulo Koinski, continuaram os contatos com lideranças partidárias tanto da oposição quanto do governo. O objetivo foi trabalhar para suspender

a obstrução em curso na Casa e permitir a votação dos requerimentos de urgência e projetos de lei que tenham acordo e consenso no Colégio de Líderes, já pautados, entre eles o do reajuste do Judiciário.

Em conversa com o líder do DEM, deputado Paudorney Avelino (AM), os coordenadores explicaram que, ao não aprovar o PL 2648/2015 agora em abril, os deputados estarão prejudicando os servidores do Judiciário Federal, pois a vigência é a partir de 1º de abril. Caso o projeto não seja votado, todo o trabalho feito até agora será perdido por conta das vedações impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O parlamentar se mostrou bastante sensibi-

## **ASSEMBLEIA GERAL**

### **Sexta, 16h, na JF**

**O transporte irá passar às 15h30 no prédio dos Gabinetes, às 15h40 no TRT (com servidores do TRE) e às 15h45 no prédio das Varas)**

lizado pelo argumento. Já no fim da tarde as dirigentes estiveram reunidas com o líder do PMDB, Leonardo Picciani.

O deputado acredita que esta quinta-feira (7) oferece grandes possibilidades para a aprovação do regime de urgência dos PLs 2648/2015 e 6697/2009 (reajuste do MPU). Como a agenda do dia está mais tranquila por aguardar o decurso de prazo para pedidos de vista do parecer sobre o impedimento da pre-

sidente Dilma Rousseff (PT), a expectativa é que seja maior a possibilidade de abertura de uma janela que permita votações. Picciani se comprometeu a ajudar na questão, posição também seguida pelo vice-líder do PT, Elvino Bohn Gass (RS), que também se reuniu com os coordenadores.

A sessão desta quarta-feira (6/4) foi suspensa pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), sem que ocorressem votações.

## **AÇÃO DOS 14,23% (13,23%)**

# **SINTRAJUSC disponibiliza procurações para novo ajuizamento**

Tramita perante a 22ª Vara Federal do Distrito Federal ação ordinária de representação processual, em que o SINTRAJUSC pleiteia a concessão do percentual de 14,23% sobre a remuneração, proventos e pensões, dos representados.

O número da ação é 0075013-97.2015.4.01.3400 e o andamento processual pode ser acessado pelo site da JFDF: [www.jfdf.jus.br](http://www.jfdf.jus.br).

A citação da União já foi determinada, e aguarda-se a expedição e o cumprimento do mandado, conforme informação processual de 04.02.2016.

A opção pelo ajuizamento em Brasília decorre do fato de que a jurisprudência do TRF1, atualmente, é mais favorável à concessão do direito vindicado, que em outras Regiões. Lá, a Corte Especial do Tribunal já se manifestou, favoravelmente, à concessão dos 14,23%, o que vincula as decisões de Turmas.

Como se trata de ação proposta contra a

União, é possível que o ajuizamento se dê no Distrito Federal, nos termos do art. 109, §2º, da Constituição Federal.

Os servidores que tiverem interesse em ingressar com esta mesma ação, devem acessar o link próprio na página do SINTRAJUSC e baixar a procuração, preenchê-la e entregar no Sindicato, sendo que o prazo para ajuizamento da segunda ação será 30.06.2016.

AS PROCURAÇÕES PODEM SER BAIXADAS NO SITE DO SINDICATO, À DIREITA DA PÁGINA, ONDE ESTÁ O SEGUINTE ÍCONE (VERMELHO NO SITE):

